



Comida: Falta no prato e pesa no bolso.

Nos 6 primeiros meses de 2024 os preços médios da cesta básica teve aumento de 10,62% na cidade de Fortaleza, sendo a maior elevação comparada com outras capitais. O café aumentou de aproximadamente 25% de junho 2023 a junho de 2024 em Fortaleza. A falta de café no mercado, que acarreta a aumenta no preço, se deu pelo aumento na importação valorizada pela baixa produção de países como a Indonésia e o Vietnã. Tanto estes países quando o Brasil sofrem com as mudanças climáticas que potencializam o natural El Niño em 2024.

Contudo, o que piora a situação para o povo brasileiro é que os Estoques Públicos de Alimentos, que servem para regular o preço dos produtos durante essas oscilações, estão em sua grande maioria zerados. Isto mesmo sob o Governo Lula que denunciava o antigo governo por não repor os estoques de alimento, hoje a situação permanece a mesma de acordo com os relatórios da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Ainda que com pequenas reposições, como no caso do milho, nada se compara ao que o Brasil já teve antes de 2016. Esta situação fragiliza principalmente os trabalhadores com menor renda, que sentem fortemente as variações de preço.

Combater esse problema envolve 3 ações principais:

1. **Exigir o reabastecimento dos estoques públicos de alimento.** O governo federal não pode ficar brincando com a fome do povo enquanto garante privilégios para os poderosos.

2. **Fortalecer a circulação da produção camponesa para os grandes centros urbanos.** As comunidades camponesas tem uma produção para oferecer para as cidades, muitas vezes mais alinhada com a cultura local. É preciso criar caminhos por fora das grandes redes de supermercado para conseguir ligar estes pontos.

3. **Retomar a terra.** Mais de 500 anos que as terras são roubadas e concentradas nas mãos de poucos poderosos. O que temos em troca? A carestia e crise climática! Por isso é importante retomar a terra e construir uma outra relação que não seja de exploração e sim comunhão.

Camponeses em Massapê anseiam a fundação do Assentamento Nestor Makhno

As mãos das famílias trabalhadoras de Massapê, que fizeram a Ocupação Nestor Makhno, estão abertas para colher os frutos de sua árdua luta. Em abril de 2023, elas ocuparam a Fazenda Campo Grande que estava improdutiva há décadas. Com muita luta semearam a terra e realizaram criação de animais de pequeno porte. A resistência conseguiu barrar as tentativas de despejo até o dia 6 de dezembro de 2023, quando a comunidade foi despejada. Porém, a indignação virou combustível para a 1ª Ocupação em Defesa da Casa Comum que ocorreu com a força de diversas organizações do povo cearense no mesmo mês. Com isto, o Governador Elmano se comprometeu em assinar a aquisição de um imóvel para o assentamento das famílias despejadas. Em março de 2024 tivemos a confirmação da assinatura.

Infelizmente, as coisas não são tão rápidas como a necessidade pede. Hoje, janeiro de 2025, as famílias ainda não tiveram seu justo assentamento. As burocracias dos cartórios locais são um grande entrave, que dificulta a agilidade nos processos de aquisição de imóveis rurais para fins de reforma agrária.

Enquanto isso, a tarefa principal é manter os vínculos entre o povo para estar preparado para agir quando for necessário. Pois a força que move a história está conosco, a força de quem trabalha.

Comunidade da Perimetral tem Audiência com Habitafor

No dia 12 de novembro de 2024, o Núcleo de Base da Terra Liberta na Comunidade da Perimetral teve uma audiência com secretário Carlos Kleber da HABITAFOR. Também esteve presente a professora Helena Sampaio representando a Comissão de Regularização Fundiária da UFC. A audiência foi solicitada por uma comissão da organização no dia 28 de outubro, presencialmente na secretária.

Foi apresentado a trajetória da comunidade e seu engajamento na luta pela regularização fundiária. A secretaria se comprometeu em colaborar com o trabalho da comissão da UFC na regularização da comunidade. A secretaria apontou que a partir do dia 10 de dezembro se iniciaria audiências de conciliação na comissão de conflitos fundiários do poder judiciário, onde a DPU está a representar juridicamente as famílias em luta.

Estamos acompanhando estes andamentos e em constante mobilização para que se consiga um bom resultado

para a garantir do direito à moradia das famílias trabalhadoras.

Ressaltamos, na reunião, a importância de tanto a equipe de transição, como a nova gestão que deverá começar próximo ano, manter seu compromisso com esta pauta tão necessária.

Seguimos atentos!

190 Anos da Revolta dos Malês

No dia 24 de janeiro, celebramos a memória dos 190 anos da Revolta dos Malês, reconhecida como o maior levante urbano de pessoas escravizadas nas Américas. O episódio, ocorrido em Salvador, Bahia, em 1835, foi liderado por africanos muçulmanos, escravizados e libertos, conhecidos como malês.

Antes da revolta, o Brasil proclamava independência, em 1822; que logo se demonstrou com farsa. Como poderia um país ser independente com seu povo escravo? A economia do açúcar que crescia a época aumentava a mão de obra negra na Bahia, ao ponto de serem quase 80% da população de Salvador a época. Uma verdadeira panela de pressão.

Os insurgentes, muitos dos quais eram falantes de yorubá, inspiraram-se em suas tradições culturais e religiosas para organizar uma tentativa de mudar sua realidade. A capacidade de unir diferentes crenças foi bastante importante. Os malês, adeptos do islamismo, construíram articulações entre terreiros de candomblé e irmandades cristãs negras.

A insurreição reuniu cerca de 600 participantes armados, que enfrentaram as forças policiais nas ruas de Salvador. Apesar da derrota, a revolta teve repercussões significativas, tanto no Brasil quanto internacionalmente.

Documentos da época mostram como jornais de diversos países relataram o evento, associando-o aos temores de outras revoluções inspiradas pelo Haiti e debatendo sobre as condições da escravidão no Brasil.

As consequências da revolta foram severas: muitos participantes foram mortos, açoitados, presos ou deportados. Mesmo assim, a Revolta dos Malês permanece como um símbolo de resistência e luta pela liberdade, destacando a força cultural e espiritual daqueles que enfrentaram um sistema profundamente opressor.

Ao mantermos essa memória acesa, iluminamos as pegadas de nossos ancestrais que constituíram a classe trabalhadora que mantém sua caminhada rumo à libertação.

Em memória das lideranças: Ahuna; Pacífico Licutan; Sule; Dassalu; Gustar; Manoel Calafete; Luís Sanim; e Elesbão do Carmo.

A terceira morte de Zé Maria do Tomé.

O governador do Ceará, Elmano de Freitas (PT), aprovou, nesta quinta-feira (19), o projeto de lei que libera a pulverização de agrotóxicos no estado por meio de drones. Desde 2019 a pulverização aérea no Ceará era proibida por conta da Lei Zé Maria do Tomé, que leva o nome de um agricultor, da região do Baixo Jaguaribe, assassinado com 25 tiros por defender sua comunidade contra a chuva de veneno que as empresas do agronegócio do perímetro irrigado promoviam, além da expulsão de camponeses de suas terras.

Não imagine aqueles pequenos drones que cabem na palma da mão. Hoje existem drones, produzidos no Brasil,

para pulverização agrícola que chegam 4,5m de comprimento por 8m de envergadura. Isto com uma capacidade de carregar até 400 litros de veneno. O projeto aprovado permite a utilização destas armas químicas a 30 metros de equipamentos públicos como escolas, hospitais, praças, áreas de proteção ambiental e áreas de proteção permanente.

Os políticos usam como moeda os direitos conquistados com sangue pelos trabalhadores. E ainda garantem pequenos lugares no governo para lideranças do povo para amordaçar qualquer reação. O que ocorreu não foge dessa regra.

O que aconteceu essa semana já foi prometido em um almoço do governador com setores do agronegócio em maio de 2024. Dentre os presentes, estava o empresário João Teixeira, indicado como mandante da morte de Zé Maria. Na época da morte do agricultor, 2010, João Teixeira era dono de aviões alugados para a pulverização aérea de agrotóxicos.

Elmano segue os passos de Camilo, que em abril de 2019 aprovou no COEMA (Conselho Estadual do Meio Ambiente) a dispensa de licenças ambientais ao plantio irrigado, com uso de agrotóxicos, em imóveis de até 30 hectares. João Alfredo, hoje superintendente do IDACE, disse a época que essa foi a segunda morte de Zé Maria. Seria esta a terceira?

Ou melhor: Quantas vezes Zé Maria terá de morrer para que nós, o povo, rasguemos essas mentiras que se vendem a cada dois anos? Por mais que tentem, Zé Maria é imortal em nossos corações. E triunfará no levante dos explorados, que não pedirá licença.

Expulsar tudo que ameaça a vida do povo e da natureza! Venceremos!

Organize-se na Terra Liberta!

A Terra Liberta é uma organização comunitária aberta a todo povo trabalhador que precisa lutar por terra e liberdade. Não dependemos de nenhum político ou empresário. Também não disputamos as eleições. Acreditamos o verdadeiro poder estar na força do povo organizado exigindo o seu direito. Estamos em várias comunidades do Ceará. Entre em contato e veja como podemos juntos enfrentar nossos problemas de forma coletiva.